

# CAFÉ, CAPITAL CAFEIEIRO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ

Rosalina Lima Izepão\*  
Leonardo Antonio Santin Gardenal\*\*

**RESUMO:** A atividade cafeeira teve grande significado no desenvolvimento econômico brasileiro e o seu capital muito contribuiu para a industrialização do País. No caso paranaense, a partir do início da década de 1940, este produto tornou-se o principal gerador da renda interna do Estado. Neste artigo se faz uma análise da atividade cafeeira desenvolvida no Estado do Paraná e a transformações produzidas na estrutura econômica e demográfica paranaense, tanto em sua fase ascendente, 1940 e 1950, como na sua fase descendente 1960 e 1970, com o objetivo de verificar a relação desta cultura com a formação do capital industrial paranaense. O artigo foi estruturado em três seções, além da Introdução e da Conclusão. Na primeira, introdutória ao tema, mostram-se as origens da formação econômica do Paraná, destacando-se as atividades ligadas à mineração, tropeirismo, o mate e à madeira. Na segunda, analisam-se a expansão da cafeicultura no Paraná, destacando-se as características e peculiaridades desta atividade no tocante à geração de mudanças na estrutura econômica e na dinâmica demográfica do Estado. Na terceira, mostram-se a formação industrial do Estado, destacando-se o capital cafeeiro como uma das fontes de financiamento da incipiente indústria do Paraná, na década de 1960. Considerando-se a carência de dados que permitissem uma análise mais aprofundada sobre a correlação entre capital cafeeiro e a formação da indústria paranaense, optou-se, metodologicamente, por fazer uma pesquisa descritiva exploratória, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais. Entende-se que o presente estudo, em razão da já mencionada carência de fontes, é singelo demais, se comparado à relevância do tema, porém, espera-se que possa contribuir para a ampliação da discussão sobre a atividade econômica cafeeira e o seu significado em termos de contribuição ao avanço da industrialização e desenvolvimento do Paraná.

**Palavras-chave:** Paraná; cultura cafeeira; desenvolvimento, capital industrial.

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia de que a vocação econômica do Brasil era a agricultura perdurou por séculos. Na fase colonial as atividades desenvolvidas no País seguiram os interesses impostos pela metrópole, Portugal, sob a égide da política mercantilista e do pacto colonial, um dos seus instrumentos.

Após a Independência, em 1822, não houve alterações significativas, permanecendo o Brasil, uma economia predominantemente primário-exportadora até a década de 1930, diretamente relacionada, primeiro à dinâmica capitalista européia e, posteriormente, norte - americana. Foi neste contexto que ocorreu a formação econômica do território que forma o atual Estado do Paraná. Inicialmente, ainda no século XVI, a economia da referida região se desenvolveu com base na atividade mineradora, seguida pela tropeirista, ervateira e madeireira e, a partir dos anos 1930, cafeeira. Estas atividades foram preponderantes para a expansão do território, pelos seus “colonizadores” e para a sua ocupação populacional até a década de 60, do século XX.

Um dos fatores externos que favoreceram a vinda da atividade cafeeira para o Paraná foi a I Guerra Mundial (1914-1918) quando o Brasil, já especializado na produção cafeeira, foi penalizado com a queda do preço do café, pressionando o Governo Federal a criar políticas artificiais de valorização do produto, cenário que se agravou após a crise de 1929. Para a indústria brasileira foi uma fase em que esta se voltou para o seu desenvolvimento no mercado interno, procurando substituir os produtos importados, pela produção nacional, para o Paraná a década de 1930 foi uma fase em que a cafeicultura se expandiu para o seu território, transformando-o na nova fronteira agrícola do País.

Diante do exposto, neste artigo tem-se o objetivo de analisar a cultura cafeeira desenvolvida no Estado do Paraná e as transformações produzidas na estrutura econômica e demográfica paranaense, tanto em sua fase ascendente,

\* Doutora EM História Econômica/USP. Professora Adjunta do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas/ PCE/UEM

\*\* Graduado em Economia/UEM



se dava de acordo com as necessidades das mesmas, sem o uso de moeda. Destas produções também eram retirados os tributos, em espécie, pagos à coroa espanhola. Entre as razões que motivaram o declínio das reduções e a expansão do domínio português sobre o território, antes pertencente ao governo espanhol se destacam além dos seus ganhos econômicos incipientes, as guerras dos portugueses de destruição às reduções e aos jesuítas ligados à Espanha e, mais tarde, em 1777, o estabelecimento do tratado de Santo Ildefonso, que ampliava as possessões portuguesas.

A área sob o domínio português foi, inicialmente, composta pelo litoral e uma pequena faixa de terra que correspondia à sua possessão, a qual já se fazia conhecida pela passagem de esquadras que se dirigiam ao rio da Prata e rotas bandeirantes que, motivadas pela busca de mão de obra indígena e metais preciosos, penetraram o território dando origem à Vila de Paranaguá e, posteriormente, à cidade de Curitiba. Além da atração por metais preciosos, o ataque às reduções constituía o domínio sobre indígenas já dominados pelos espanhóis e com conhecimento de algum ofício (PADIS, 1972).

A ocupação da porção portuguesa, no litoral do Paraná está ligada inicialmente à descoberta do ouro de aluvião nos rios da região. As incursões promovidas pelos portugueses por meio da Serra do Mar, utilizando-se principalmente dos rios faiscados promoveram os primeiros caminhos de ligação, que dariam origem à estrada da Graciosa, do caminho de Itupava e do Arraial (WACHOWICS, 1972). Na primeira metade do século XVII, a descoberta do ouro nos ribeirões que desembocam na baía de Paranaguá permitiu um significativo crescimento populacional. As pessoas vinham de diversas regiões do Brasil, formando assim o primeiro núcleo populacional com representação política e jurídica, enquanto 5ª Comarca da Província de São Paulo (PADIS, 2006).

No entanto, a descoberta do ouro de aluvião<sup>4</sup> mais do que resultados, despertou a esperança de que por meio da interiorização fosse encontrada uma quantidade significativa do metal precioso, o que efetivamente não ocorreu. (LICCARDO et al, 2004). Em fins do século XVII, o aumento das atividades auríferas em Minas Gerais acarretou no deslocamento de interesses econômicos para aquela área. Assim, o declínio da atividade aurífera de aluvião na região da baía de Paranaguá, resultou na decadência da vila de Paranaguá, que naquele momento, além de perder a elevação conquistada anteriormente, de Comarca, passou a sobreviver apenas de atividades de subsistências, visto que permaneceram os núcleos populacionais. (IZEPÃO, 2008).

Na visão de Wachowics (1972:36), *“a descoberta de riquíssimos veios auríferos, em Minas Gerais, vai provocar um verdadeiro êxodo da população dos garimpos para aquela região, tentando melhor sorte, que aqui lhes era adversa”*. Contudo, foram justamente tais atividades de subsistência que criaram meios de uma nova perspectiva econômica na região, pois, com a intensidade das atividades auríferas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, coube à região paranaense, em razão da sua localização geográfica, um papel de destaque na atividade tropeirista brasileira.

O tropeirismo era uma atividade econômica brasileira, que tinha por fim abastecer de suprimentos as regiões mineradoras já citadas. Isto beneficiou o território do atual estado do Paraná em razão de sua posição geográfica, ou seja, passagem obrigatória de tropas vindas do sul do Brasil e do Uruguai que se destinavam a Minas Gerais e demais regiões auríferas. A região mineira, no auge das atividades auríferas, com mão de obra voltada exclusivamente a esta atividade, não se dedicava à pecuária, nem à agricultura, sendo abastecida, principalmente, de carne bovina vinda da região nordeste do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Uruguai (PADIS, 1972). Além disto, na época, o principal meio de transporte utilizado no Brasil eram os muares, vindos das regiões já citadas, o que tornava a atividade tropeirista fundamental para alavancar as demais atividades ligadas à mineração. Não se pode deixar de considerar a importância da atividade mineradora no deslocamento do eixo econômico do Brasil colônia, do Nordeste, com o “ciclo” do Açúcar, para o Centro Sul, com as minas de ouro.

<sup>4</sup> O denominado ouro de aluvião consiste em uma técnica extrativa, por meio da qual os sertanistas utilizavam pratos de estanho para reter o aluvião, ou seja, as partículas fragmentadas do metal depositadas nos vales, encostas e leitos de rios (LUNA, 1983).

A atividade tropeirista, ainda que, constituindo para a região um elemento de passagem, dinamizou a economia por meio do comércio e do surgimento de novas vilas paralelas ao seu percurso de passagem, pois, “*Com o decorrer do tempo, êsses pousos vão aumentando e recebendo novos moradores, como ferreiros, arreadores, simples empregados etc*” (WACHOWICZ, 1972:72). Isto demonstra a influência do tropeirismo para o crescimento econômico da região. Após a decadência da atividade aurífera mineira, o tropeirismo também entrou em declínio, findando definitivamente com o advento das ferrovias (MAGALHÃES, 1996).<sup>5</sup>

Mas, ao território, hoje paranaense, restou um grupo de poder capaz de influenciar politicamente a Província de São Paulo até conseguir, em 1853, a emancipação política da região que passou a denominar-se Província do Paraná. Este fato evidencia que o tropeiro, assim como o negociante, eram personagens de destaque local, sendo a maioria deles economicamente abastados. De acordo com Wachowicz “Foram tropeiros aqui no Paraná homens como o Barão do Tibagi (José Caetano de Oliveira), o Cel. Joaquim Rezende de Lacerda, Francisco Paula e Silva Gomes, vulto ilustre e um dos arautos da emancipação política do nosso Estado, muito conhecido dos políticos e inclusive na Côrte do Rio de Janeiro, e muitos outros. (WACHOWICZ, 1972:73)

Este grupo de poder, oriundo das atividades tropeiristas e comerciais foram obrigados a estabelecer novas atividades com o declínio da atividade aurífera em Minas Gerais. Uma vez que já estavam domiciliados nas regiões de passagem, a condição básica para a manutenção desta população estava na necessidade de se encontrar uma alternativa econômica capaz de suprir os prejuízos, e desta forma, aliada a fatores externos, a atividade de extração da erva mate torna-se o esteio econômico da transformada, em 1853, província do Paraná. Outro fator que justifica a adoção da erva mate como alternativa econômica adotada está no cenário externo onde se estabeleceu uma situação de embargo com o Paraguai, assim, em 1820, o Paraná passou a ofertar o mate para a região platina, chegando a representar 85% da pauta de exportações da província (WACHOWICZ, 1972).

De acordo com Wachowicz (1972:96) “*A exploração do mate fez surgir no Paraná um certo bem estar e confiança no futuro, chegando a formar no interior uma classe média, comporta por produtores, os quais, devido à posição conquistada na sociedade, vão exercer forte influência na política local*”. Para este autor, a atividade ervateira pode ser considerada responsável pela inserção da Província do Paraná no comércio latino americano (Paraguai, Uruguai e Argentina), representando até início do século XX uma grande fonte de recursos, bem como, promovendo significativo crescimento demográfico e social na região.

Em 1902, por exemplo, a produção do mate ainda representava 31% da receita total do Estado<sup>6</sup>. Este fato pode ser observado por meio da Mensagem de Governo do ano de 1907, por meio do qual o governador Vicente Machado da Silva Lima levou ao conhecimento do Congresso Legislativo<sup>7</sup> a situação do Estado. De acordo com Lima “*A exportação de herva-mate, no primeiro semestre do actual exercício, teve grande incremento, elevando-se, no anno próximo findo, à magnifica cifra, em número redondo, de 39 milhões de kilos. É a maior exportação desse artigo que o estado tem feito até hoje...*” (PARANÁ, 1907:12).

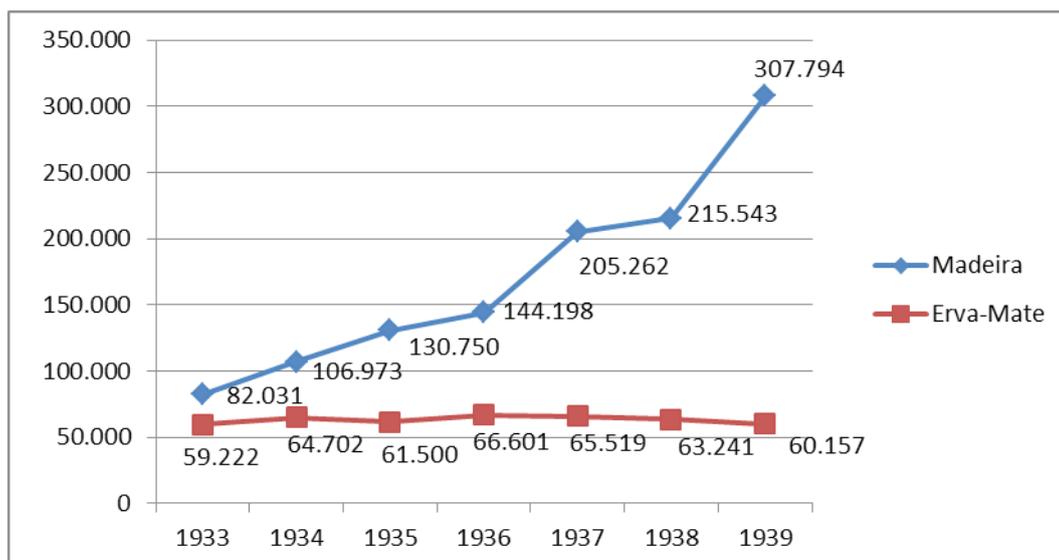
A extração do mate e a indústria ervateira sofreram declínio a partir do final da década de 1920, tornando a atividade madeireira significativa na geração da renda interna do Estado, com destaque para a extração do pinho, produto utilizado na fabricação de tábuas, caixas, palitos e demais artigos, em geral. A partir dos anos 1930, houve uma crescente demanda pelo pinho, no âmbito nacional, resultou na ampliação do seu mercado interno, nesta época, já facilitada pela presença da estrada de ferro<sup>8</sup>, além do crescimento das exportações brasileiras do produto madeira (WACHOWICZS, 1972). O Gráfico 01 mostra o volume de exportações de erva-mate e de madeira do Brasil, no período de 1933 a 1939.

<sup>5</sup> Com a expansão das ferrovias, a demanda por muare caiu vertiginosamente e, com isto, a atividade tropeirista.

<sup>6</sup> A Província do Paraná tornou-se Estado a partir da proclamação da República (1889), momento no qual todas as províncias passaram à categoria de Estado, mantendo, no entanto, as mesmas delimitações territoriais (ANDRADE; ANDRADE, 2003).

<sup>7</sup> Atual Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

<sup>8</sup> A fundação da estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá foi autorizada em 10 de janeiro de 1871 e inaugurada em 02 de fevereiro de 1885, dinamizando assim as exportações paranaenses (IZEPAO, 2008).



**Gráfico 01.** Exportações Brasileiras de Erva-Mate e Madeira (em Ton.) – 1933/1939.

Fonte: elaboração dos autores, com base em MAGALHÃES (1996).

Observa-se, por meio do Gráfico 01, o gradual declínio das exportações de erva mate, no período de 1933 a 1939 e o significativo crescimento das exportações de madeira. Ressalta-se, entretanto, que apesar disto, o Paraná não possuía representatividade econômica, em termos nacionais, se comparado a estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, que estavam se industrializando. Comparada a estes estados, a economia paranaense sofria um processo de estagnação, situação que começou reverter-se com a introdução da produção cafeeira. A vinda desta cultura para o Paraná se deveu a vários fatores que variaram desde os climáticos até os ligados à política econômica do Governo Federal.

### 3. A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NO PARANÁ

A vinda da cultura cafeeira ao estado do Paraná diferiu da sua tradicional origem no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. No Paraná, a cafeicultura não conheceu o trabalho escravo, e, também não surgiu ligada ao latifúndio. Os primeiros registros da presença de cafezais se deram em casos isolados no aldeamento São Pedro Alcântara, atual município de Jataizinho e na então conhecida Colônia Mineira, atualmente Tomazina, ainda no final do século XIX. A sua caracterização de cultura tipicamente paranaense se apresentou de forma plena, a partir da sua expansão do Estado de São Paulo para o Norte do Paraná, abrangendo a região de Londrina e Maringá, municípios originários dessa economia.

A peculiaridade da cafeicultura do Norte do Paraná<sup>9</sup> se apresenta, principalmente, pela presença do capital internacional, uma vez que, ao contrário da origem dos latifúndios paulistas, oriundos das sesmarias, houve a presença de empresas estrangeiras colonizadoras, a exemplo da *Brazil Syndicate*, posteriormente denominada *Paraná Plantations Co*, Companhia de Terras Norte do Paraná, e, atualmente, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Esta Companhia, ao tornar-se proprietária de lotes no Norte do Estado verificou maior lucratividade por meio do seu loteamento, do que a partir da manutenção do seu projeto original que plantar algodão (IZEPÃO, 2008). A

<sup>9</sup> O Norte do Paraná corresponde às mesorregiões classificadas pelo IBGE, após 1991, como: Norte Pioneiro, Norte Central Paranaense e Noroeste; as quais correspondiam às denominadas, na época da colonização, Frentes Pioneiras, do Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Esta classificação que também foi realizada pelo IBGE foi utilizada até 1968, e pode ser encontrada na literatura sobre o assunto, nos anúncios de lotes para venda, bem como ainda está presente no vocabulário dos descendentes de pioneiros que habitaram o território mencionado (IZEPÃO, 2008).

venda dos lotes de terras foi anunciada em meios de comunicação de grande circulação em outras regiões do Brasil e do mundo. A figura 01 é cópia de um trecho da propaganda veiculada em São Paulo, compondo assim, parte do sucesso do empreendimento da companhia.

Além da intensa propaganda dos loteamentos em outras regiões, sobretudo, São Paulo, a disseminação da cultura cafeeira também teve como fator fundamental a implementação das políticas econômicas do Governo Federal de defesa do café, já considerado então centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil, cujo preço internacional apresentava instabilidade. O mecanismo de controle da oferta estabeleceu-se através do Convênio de Taubaté, em 1906, com a proibição do plantio de novos cafeeiros nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os maiores produtores brasileiros, bem como a definição da responsabilidade dos respectivos governos, na compra e estocagem da produção excedente. (SILVA, 1985),

## PADRAO DE TERRA BOA



OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra vir-

gem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas à Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

## CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Figura 01: Anúncio da Cia. de Terras Norte do Paraná (1934)

Fonte: adaptação dos autores, com base em RECLAMES DO ESTADÃO (2010).

A efetivação do Convênio de Taubaté, em 1906, representou impulso inicial para a extensão da cafeicultura paulista no Paraná. A partir de 1933, a produção cafeeira nas regiões pioneiras do Brasil apresentou declínio, em decorrência da prolongada queda no preço internacional do produto, fator este que desestimulou a sua produção, bem como evitou o plantio de novos pés (CANCIAN, 1981). Além disso, a partir de 1931, a política cafeeira adotada no Brasil já passava a responsabilidade paulista de combater o descompasso entre a produção e a demanda mundial, para o órgão federal, denominado DNC-Departamento Nacional do Café. O DNC passou a adquirir as safras, às quais se destinavam na proporção de 30% para estocagem, 30% para exportações e os 40% restantes compunham a denominada “quota de sacrifício”, que seria incinerada.<sup>10</sup> (ABREU, 2010)

Assim, enquanto ocorria o movimento de redução da produção cafeeira no Estado de São Paulo, observava-se uma tendência inversa no Estado do Paraná, onde se encontravam os maiores índices produtivos de café, favorecidos, também, pela instituição da ampliação do limite do plantio de café para 50.000.000 pés. (CANCIAN, 1981). Pode ser observada, por meio do Gráfico 02, a acentuada queda nos preços de exportação do café.

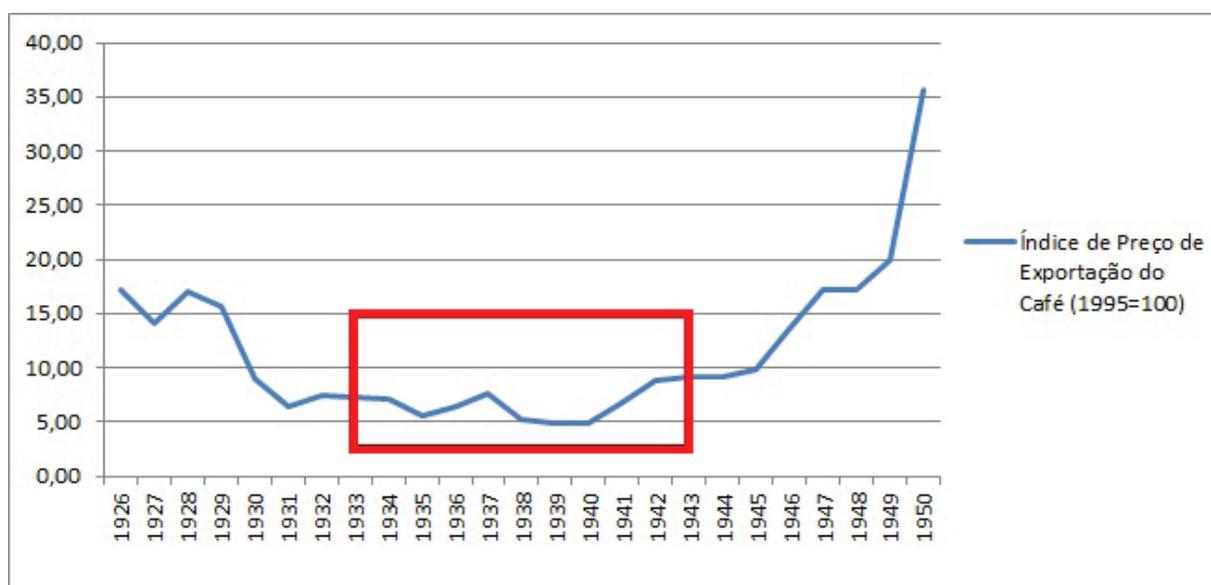


Gráfico 02. Índice de Preço de Exportação do Café (1995=100)

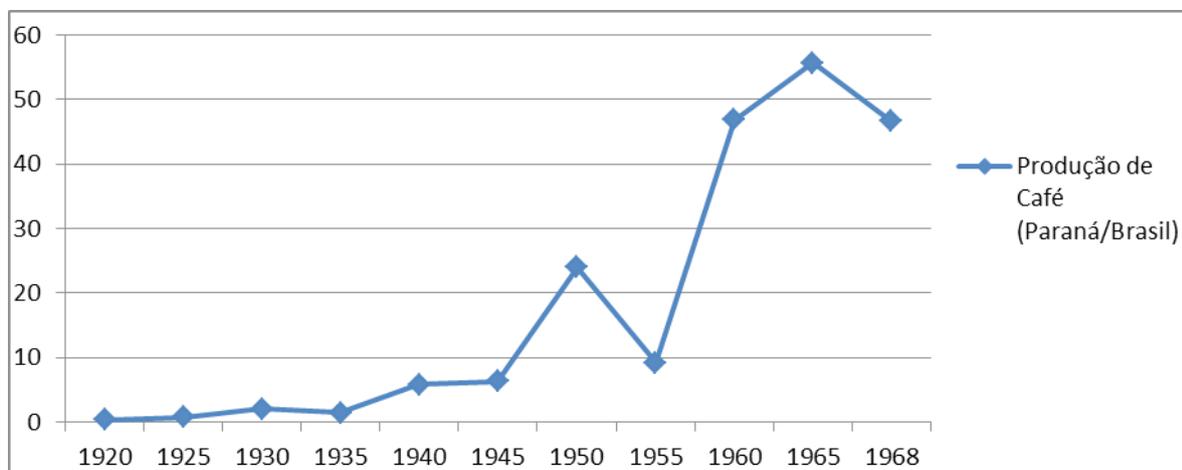
Fonte: elaboração dos autores, com base em IBGE (2012).

Portanto, a conjuntura econômica na qual a cultura do café se implantou no Estado do Paraná não era de preços favoráveis no mercado doméstico, nem no internacional, mas, a sua expansão se deveu principalmente a três fatores. Primeiramente, a alta produtividade do café, que foi permitida pela riqueza do solo paranaense, em segundo lugar, pela estrutura fundiária, baseada na pequena propriedade, com trabalho familiar e baixo custo de mão de obra, e, por fim, pelo fator política econômica, pois, enquanto os demais Estados adotavam medidas restritivas, por meio de impostos, o Governo do Paraná se empenhava no sentido de reformular o decreto, cujo imposto passaria a incidir apenas aos Estados que possuíssem mais de 50 milhões de pés de café, o que não era o caso do Paraná. (TRINTIN, 2006).

O incentivo do Governo do Paraná em estimular o plantio do café no Norte paranaense se revelava na ampliação do limite de plantio do produto e, também, na defesa do mesmo por meio do convênio estabelecido por

<sup>10</sup> Essa medida de sustentação dos preços do café, promovida por meio da incineração de sacas do produto, promoveu descrédito acerca da eficácia da política econômica adotada pelo Governo Federal para o setor, resultando, assim, numa acentuada redução produtiva no Estado de São Paulo, o maior produtor do bem no Brasil. A erradicação acentuou-se, sobretudo, após a geada de 1942, levando produtores ao abandono da lavoura cafeeira nos estados produtores afetados pela medida.

Manuel Ribas<sup>11</sup> e o Governo Federal de expansão dos cafezais nesta região do Paraná, sem limites determinados. O Gráfico 03 a produção de café no Estado do Paraná, em relação à brasileira, cujo resultado torna-se significativo após 1930.



**Gráfico 03.** Produção de café no Paraná em relação à brasileira - 1920/1968.

Fonte: elaboração dos autores, com base em CROCETTI (2007).

Pode-se considerar, portanto, a produção paranaense pouco significativa até a década de 1930, onde, pela primeira vez demonstra um aumento de participação, que se acentua na década de 1940 quando atinge 5,8% de participação na produção brasileira. Posteriormente, na década de 1950, novamente a participação apresenta significativo aumento, atingindo 25% na produção total, e, após acentuada redução, em 1955, se recupera, atingindo na década de 1960 as maiores porcentagens de participação, com destaque para o apogeu em 1965, onde representou 55% da de toda a produção brasileira de café (CROCETTI, 2007).

No que tange a conjuntura e a distribuição de terras, no Estado do Paraná, para plantio de café, devem ser ressaltadas algumas particularidades que distinguiram o Paraná, das características fundiárias encontradas nas demais áreas do país. A colonização do Norte paranaense deu de forma intensiva, a partir de 1929, por iniciativa da Companhia *Paraná Plantations Co*, de capital inglês. O objetivo inicial desta Companhia era a produção algodoeira, mas, abandonou-o logo de início, diante dos excelentes resultados financeiros obtidos, por meio do loteamento da área, em pequenas propriedades. A Companhia se desdobrou em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, destinada a colonização e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná, que tinha por objetivo estender o ramal Ourinhos-Cambará até as áreas loteadas a serem colonizadas, cujo início se deu em 1933. O objetivo da extensão da estrada de ferro era o escoamento da produção e o transporte, valorizando, assim, os lotes. (MÜLLER, 2001).

Assim, a política de terras adotada no Estado pela empresa subsidiária beneficiava os pequenos produtores, esforço que se demonstrou também por meio do poder público. Como exemplo deste tipo de incentivo Cancian (1981:32) destaca que “(...) em 1931 o interventor<sup>12</sup> Mario Tourinho havia facilitado a aquisição de terras por famílias de agricultores proletários, de acordo com a nova diretriz da política agrária e colonização desenvolvida no Paraná”. O Paraná buscava promover a produção cafeeira, pois, ainda que a demanda por café estivesse em crise no cenário internacional, ainda era o principal produto da pauta de exportação brasileira, e, conseqüentemente, o mais defendido pelo Governo Federal, gerando assim segurança e respaldo à adoção da cultura no Estado do Paraná.

Sobre a crise conjuntural, ressalta-se que a ausência de lucros na produção cafeeira estava presente na cafeicultura tradicional, constituída pela grande propriedade, situada principalmente nos estados de São Paulo e Minas

<sup>11</sup> Manoel Ribas governou o Paraná de 1932 a 1945, durante a chamada Era Vargas que se estendeu de 1930 a 1945.

<sup>12</sup> O cargo de Interventor do Estado corresponde ao de Governador atualmente. Em 1931, não havia eleição direta para Governador. Era o Presidente Getúlio Vargas quem indicava o Interventor. Ver IZEPAO (2008)

Gerais, onde havia cafezais velhos e o desgaste do solo, situação bem diferente do Paraná. A cafeicultura paranaense divergia da condição monocultora e ao estabelecer-se na pequena e média propriedade, encontrava no proprietário e no auxílio de sua família uma parcela da mão de obra necessária à lavoura, reduzindo, assim, o custo de produção do café, aumentando a rentabilidade. Eram os proprietários emergentes. Nas propriedades médias, onde a mão de obra não era capaz de ser absorvida pela família do proprietário, frequentemente, as terras permaneciam improdutivas ou era adotado o sistema de parcerias<sup>13</sup> (CANCIAN, 1981).

Desta maneira, pode-se observar claramente que a limitação da produção de café no Estado de São Paulo, estimulou a migração para o Paraná, onde havia as condições necessárias para o estabelecimento de novos pequenos proprietários. A estreita ligação com o Estado de São Paulo, não se deu única e exclusivamente em relação à origem demográfica, mas, também, se criaram intensas relações comerciais e logísticas, que podem ser compreendidas tanto pela proximidade geográfica, bem como pela infra estrutura já existente naquele Estado, o que permitia um escoamento mais ágil da produção. Citam-se como exemplos: o porto de Santos, as estradas e as ferrovias. (CANCIAN, 1981).

A ferrovia, por exemplo, é que ligava a região cafeeira do Norte do Paraná ao porto de Santos, onde se encontravam condições mais favoráveis de comercialização, bem como a sede das casas Comissárias. No Paraná ainda não havia sido construída a chamada Estrada do Café<sup>14</sup>, que liga o Norte do Estado ao sul, dificultando o escoamento da produção cafeeira pelo porto de Paranaguá. Portanto, ainda que investido no Paraná, o capital de origem paulista permanecia ligado ao Estado de São Paulo, via investimentos em outros ramos, depósitos nas casas bancárias ou pela necessidade de financiamento. Como destaca Romário Martins apud Cancian (1981:55), *“algumas vezes o primitivo fazendeiro se associa ao capitalista para a exploração da sua vasta gleba; outras, recorre ao crédito, realiza empréstimos vultosos em São Paulo”*. Esta ligação à economia paulista era determinada, não só pela migração, mas também porque até meados dos anos 1960, a região norte paranaense permanecia isolada do restante do Estado, principalmente pela falta de comunicação entre as regiões.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS E ASCENSÃO DA CAFEICULTURA PARANAENSE

Em relação à composição da estrutura produtiva da cafeicultura norte paranaense pode-se afirmar que, tipicamente, o fazendeiro se associava a algum capitalista capaz de viabilizar recursos ou, então, realizava empréstimos bancários, tornando inexpressivo o sistema de arrendamentos. Nos anos 1940, do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Paraná, aproximadamente 93% eram geridos pelos proprietários, compondo, assim, a grande maioria. Os demais 4,9% eram geridos por administradores, e, apenas 2,1% a título de arrendatários. Quanto ao imigrante, no Paraná, diferente do que ocorrera nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a imigração não foi subvencionada, ou seja, auxiliada pelo poder público, constituindo, assim, um custo mais elevado aos fazendeiros deste estado. (CANCIAN, 1981).

De acordo com a autora, independente da nacionalidade, evidenciada no Quadro 01, a estrutura fundiária existente na região favorecia o pequeno produtor, que já habituado à cultura do café, via a possibilidade de melhorar suas condições sociais e financeiras, uma vez que se tornava proprietário das terras que iria cultivar, bem como ao viver com a família na propriedade, contaria com a mão de obra de todos, reduzindo, assim, o custo com mão de obra. A viabilidade econômica, após a compra do lote, se dava imediatamente à derrubada da mata, o que permitia a comercialização da madeira de lei, além da construção de casas e abrigos necessários à propriedade.

O Quadro 01 mostra a nacionalidade dos proprietários de terras, de acordo com a microrregião, em 1942.

<sup>13</sup> O sistema de parcerias consiste no pagamento pelo uso da terra, pelo trabalhador, através de uma parcela da produção obtida (OLIVEIRA, 2006).

<sup>14</sup> Esta rodovia foi construída na primeira gestão administrativa de Ney Braga (1961 – 1965). Ver IZEPÃO (2008)

**Quadro 01 - Nacionalidade dos proprietários no Cultivo do Café, por Microrregiões (%).**

Nacionalidade dos Proprietários no Cultivo do Café, por Microrregiões - 1942 (em %)		
	Brasileiros	Estrangeiros
Norte Velho de Venceslau Braz	90,3	9,7
Norte Velho de Jacarezinho	68,6	31,4
Algodoeira de Assaí	10,5	89,5
Norte Novo de Londrina	43	57

Fonte: adaptação dos autores, com base em CANCIAN (1981).

Como mecanismo de capitalização para o pagamento das anuidades dos lotes, os proprietários levavam uma vida simples e hábitos poupadores permitindo a muitos deles a aquisição de novas propriedades tanto no Norte pioneiro, quanto no Norte Novo de Maringá. Assim, foram os pioneiros e imigrantes, os mesmos produtores que posteriormente permitiram a extensão da cultura cafeeira no Paraná, já com capital gerado dentro do Estado, e não mais proveniente de São Paulo, como no momento de inserção (CANCIAN, 1981).

Desta forma, a cafeicultura na região Norte do Paraná pode ser compreendida em três fases: a) a primeira refere-se à inserção do plantio de café, por paulistas que se estabeleceram na divisa do Paraná com Ourinhos até o Rio Tibagi, em fins do século XIX até o início do XX; b) a segunda, constituída pela extensão da produção cafeeira ao Norte Novo, das margens do rio Tibagi até as do rio Ivaí, da década de 1930 até 1945 e a terceira constituída pela expansão da produção das margens do rio Ivaí às margens do rio Iguaçu, da década de 1940 até os anos 1960, quando se iniciou o declínio desta cultura no Paraná (WESTPHALEN, 1968). Nas três fases da cafeicultura no Paraná, a aplicação do capital investido para produção foi distinta, conforme mostra o Quadro 02

Ainda como característica adicional da produção cafeeira em pequena propriedade está a dissociação entre produção e beneficiamento, atividade anteriormente realizada em conjunto, na mesma propriedade, na cafeicultura tradicional. Desta forma, era possível ao pequeno produtor vender o café em coco, dependendo assim de intermediários que se dedicavam exclusivamente a esta atividade. Como exemplo desta atividade no Estado do Paraná, cita-se a atuação de Geremias Lunardelli, conhecido como o “Rei do Café”, que deixou a função de produtor, para exercer a atividade de beneficiador e comerciante de café e cereais, em 1936.<sup>15</sup> (CANCIAN, 1981).

**Quadro 02 - Aplicação do capital cafeeiro, por regiões.**

Investimentos em Terras, Edifícios, Maquinismos em Relação ao Total do Capital Empregado em Cada Setor e ao Capital Total da Cafeicultura Paranaense						
Setores	Investimentos em nº absolutos	Investimento por Microrregião (em %)				
		Norte Velho de Venceslau Braz	Norte Velho de Jacarezinho	Algodoeira de Assaí	Norte Novo de Londrina	Total
Terras	209.186.000	17,37	50,31	9,21	23,11	100
Edifícios	40.615.000	17,25	59,17	1,1	22,48	100
Máquinas	11.981.000	5,44	91,1	2,67	0,79	100
TOTAL	261.822.000	16,8	53,56	7,64	22	100

Fonte: adaptação dos autores, com base em CANCIAN (1981).

<sup>15</sup> Estes dados revelam a estreita relação entre o capital cafeeiro paranaense, com São Paulo e, também, com o desenvolvimento de atividades correlatas a ele, no estilo conhecido pela teoria econômica, como “efeito multiplicador keynesiano”, ou então, “efeitos de encadeamento para trás e para frente” de Albert Hirschman. Ver IZEPÃO (2008).

Assim, este conjunto de características reafirma que a cafeicultura no Norte do Paraná requeria menores investimentos e se tornava mais lucrativa em pequena propriedade. Observado como ano base 1940, a maior safra produzida no estado ocorreu em 1962, numa conjuntura de superprodução, ou seja, de produção maior que o mercado internacional seria capaz de absorver. Mas, até a chegada desse momento, o centro dinâmico da produção cafeeira deslocou-se por três vezes, interiorizando-se nas regiões conforme já apresentado anteriormente. Esse deslocamento do centro dinâmico pode ser observado por meio do Quadro 03.

**Quadro 03 - Índice do Número de Cafeeiros no Norte do Paraná (1935 = 100)**

Índice no Número de Cafeeiros no Norte do Paraná (1935 = 100)				
Região/ano	1920	1935	1942	1945
Norte Velho de Wenceslau Braz	90,4	100	99,4	83,3
Norte Velho de Jacarezinho	27,3	100	121,6	127,9
Algodoeira de Assaí	-	100	254,6	263,6
Norte Novo de Londrina	-	100	873,6	960

Fonte: adaptação dos autores, com base em CANCIAN (1981).

O Quadro 03 demonstra um movimento de interiorização da produção do café no Norte do Paraná, no período apontado. Observa-se para o ano de 1920 que 90,4% da produção concentrava-se na microrregião de Wenceslau Braz. Em 1945, a microrregião de Jacarezinho superou a de Wenceslau Braz, mas, a intensificação se deu mesmo na microrregião de Assaí e, em maior grau, na microrregião de Londrina. A mesma tendência pode ser observada entre as microrregiões para o ano de 1945.

### 3.2 O DECLÍNIO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA E CONSEQUÊNCIAS NO PARANÁ

Quanto ao declínio da atividade cafeeira no Paraná, pode-se afirmar que esta se deu em razão de múltiplos fatores, dos quais citam-se três:

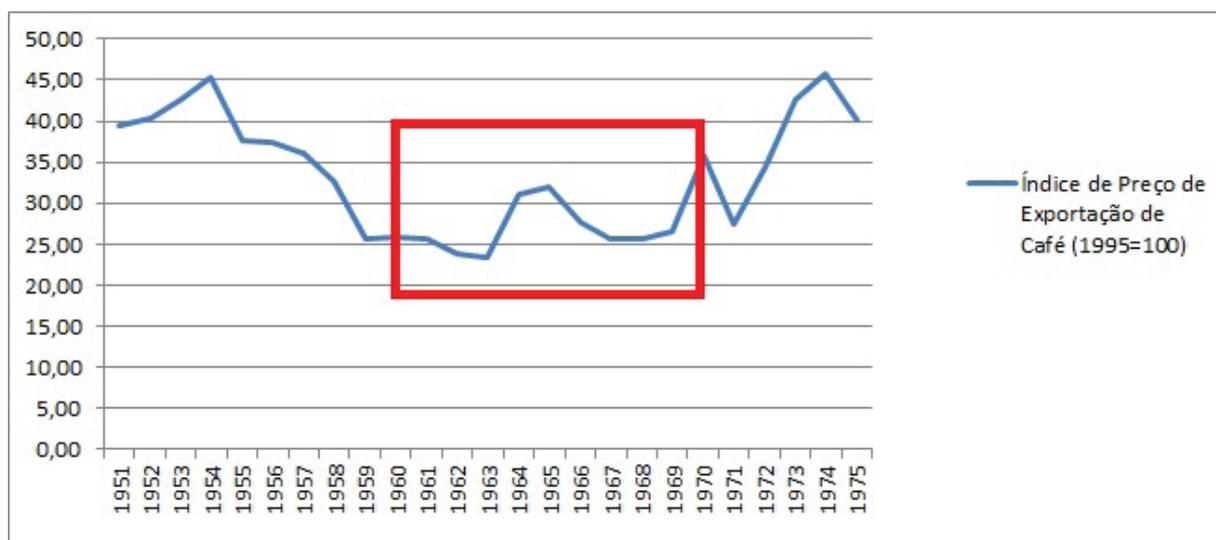
- 1) Climáticos: a região norte do Paraná já havia sido assolada por fortes geadas em 1953 e 1955, o que resultou em danos superiores a 50% como quebra das safras. Posteriormente, novas geadas atingiram a região em 1969, 1972 e 1975. Esta última dizimou os cafeeiros (SERRA, 2001).
- 2) Políticos: em relação a este fator destaca-se que nos anos 1950 estabeleceu-se no Brasil uma nova visão política, bem como econômica, pautada na industrialização, que resultou na execução do Programa de Metas<sup>16</sup>. Um dos objetivos do programa foi acelerar o processo de substituição de importações e a produção de bens duráveis e de capital, em detrimento à atividade agrícola (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1989). Esta visão de política econômica que se estabeleceu no Brasil, se desdobrou também nos Estados brasileiros, sendo implementada no Paraná pelo governador Ney Braga, em sua primeira gestão administrativa, (1961-1965)<sup>17</sup>. É importante destacar, também, que neste momento em que a cultura cafeeira atingia o norte novíssimo, nos anos 1960, o cenário internacional, em relação ao café, já era distinto daquele que permitiu o pleno desenvolvimento da cultura anteriormente no norte pioneiro e no norte novo. A superprodução de café causou uma queda nos preços, bem como a terra desta região era considerada menos propícia para a cultura.

<sup>16</sup> O Programa de Metas foi um plano quinquenal cujos projetos se basearam em diagnósticos da CMBEU e dos programas CEPAL/BNDE e contemplava investimentos em energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1989).

<sup>17</sup> O governador Ney Aminthas de Barros Braga exerceu mandato de 1961 a 1966, sendo eleito pelo Partido Democrático Cristão (PDC) em coligação com o Partido Liberal (PL) (IZEPAO, 2008).

Neste contexto, o Instituto Brasileiro do Café (IBC)<sup>18</sup>, instituiu em 1961 o Grupo de Erradicação e Racionalização do Café (GERCA), que tinha por objetivo erradicar cafezais excedentes e a diversificação e a modernização da agricultura, inclusive criando linhas de financiamento direcionadas a essas ações (OLIVEIRA; MORELLI, 2011). O GERCA ofereceu alternativas de racionalização por meio da substituição por lavouras temporárias e pastagens. Além disto, a urbanização promovida pela cafeicultura na região norte do Paraná possibilitou a diversificação de culturas, criando condições de levar produtos ao mercado consumidor. Assim, o Governo Federal financiou, por meio do programa IBC-GERCA, a partir de 1962, no Estado do Paraná, a erradicação de aproximadamente 249.957.000 pés de café de junho de 1962 a maio de 1967, promovendo como consequência o desemprego de 58.000 famílias (IBC/GERCA/DAC, 1967 *apud* SERRA, 2011).

3) O preço internacional: em princípios da década de 1960, mais uma crise de superprodução repetiria o cenário encontrado na década de 1940, onde, para sustentar os preços adotou-se uma política cafeeira que absorveu um montante de recursos equivalente ao utilizado para a construção de Brasília. O objetivo era restringir a oferta de café, considerada excessiva, decorrente do plantio intenso até 1954 (ABREU, 2008). Esta crise de superprodução, na década de 1960, gerou uma intensa deterioração dos preços, resultado do grande volume de café obtido nas safras de fins da década de 1950, aliado ao aumento da concorrência internacional e, também, das ações implementadas pelo IBC, de compra e estocagem do café, tornando impossível a manutenção dos preços num patamar viável. (CANCIAN, 1981). Este fenômeno pode ser observado por meio do Gráfico 04.



**Gráfico 04.** Índice de Preços de Exportação de Café (1995 = 100)

Fonte: elaboração dos autores, com base em IBGE (2012)

Destaca-se ainda na década de 1960, o primeiro Acordo Internacional do Café (1963-1968) que teve por objetivo a estabilização dos preços. Esta constituiu a primeira vez que o país abandonava a política de sustentação artificial dos preços desde 1907 (ABREU, 2008). Assim, os preços do café somente voltaram a se recuperar, conforme visualizado no Gráfico 04, em 1969. Com o declínio da cafeicultura no Paraná, o Estado precisou encontrar novos caminhos para a economia. Com este propósito foram envidados esforços significativos para o desenvolvimento da indústria estadual.

<sup>18</sup> O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado em 1952 pelo Governo Federal com o objetivo de regular a política cafeeira, tornando-se órgão fundamental para a cafeicultura e toda a atividade agrícola no Brasil (OLIVEIRA; MORELLI, 2011).

#### 4. O CAFÉ E A INDÚSTRIA NA ECONOMIA PARANAENSE DOS ANOS 1960

A indústria paranaense tem sua origem na economia ervateira e madeireira do final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Além das indústrias de beneficiamento destes produtos, havia a fabricação de outros ligados ao seu armazenamento e comercialização, tais como: embalagens, cordas, etiquetas, caixas de madeira, entre outros. Até a década de 1930, a indústria paranaense era composta de centenas de serrarias, sendo algumas de grande porte, às quais se dedicavam à fabricação de móveis rústicos, beneficiamento de café, algodão e arroz, atividades realizadas dentro de um critério de essencialidade e limitações, que se impunham pela falta de recursos e infra-estrutura no Estado.

Sendo uma economia complementar à economia paulista, o Paraná exportava produtos agrícolas como o milho e o feijão e importava produtos industrializados de São Paulo.<sup>19</sup> (POZZOBON, 2006). A formação da indústria paranaense passou a ter significância por meio da expansão cafeeira no norte do Paraná, em meados da década de 1930, onde o avanço da cafeicultura representou o ingresso de uma cultura significativa, que trazia consigo atividades correlatas, bem como um contingente populacional que não seria capaz de se desenvolver não fosse pela presença de indústrias, ainda que rudimentares.

Assim, a cafeicultura na região norte representou não somente resultados positivos na pauta de exportação estadual, mas também um conjunto de efeitos dinâmicos para a economia, seja pela diversificação dos setores agrícolas, pelas atividades industriais, bem como pelo acúmulo de capital que o café promoveu. A partir dos anos 1960, com o declínio da atividade cafeeira e o esgotamento das reservas de madeira no Estado, os setores tradicionais da economia paranaense foram, paulatinamente, dando espaço para a diversificação das atividades industriais no Paraná. Assim, apesar da crise da indústria nacional, no Paraná, a indústria foi capaz de manter relativa participação na renda interna, chegando, alguns ramos industriais apresentarem crescimento superior ao nacional. Entre eles destacam-se: mecânica, borracha, papel e papelão e química.

No que tange à localização das indústrias paranaenses, nesta época, observava-se maior concentração na região de Curitiba, que constituía 34,66% do total do Estado, seguida de Londrina, Ponta Grossa e Maringá. Excetuando-se Curitiba, que por ser a capital do Estado carreava capital de todas as regiões do Estado, havia uma presença de unidades industriais em regiões tipicamente cafeeicultoras, como o norte do Estado. Ressalta-se, ainda, que a indústria paranaense, ainda que incipiente, nos anos 1960 e 1970, demonstrava intenso desenvolvimento, gerando um ambiente dinâmico, para a industrialização (TRINTIN, 2005).

A partir dos anos 1970, observaram-se, também, alterações nas ações do Governo do Estado, que passou a envidar esforços na liberação de recursos necessários para o desenvolvimento da indústria, não somente em termos da oferta de financiamentos por meio do BADEP- Banco de Desenvolvimento do Paraná, criado em 1968, mas, também, na ampliação do investimento estatal para a promoção da infraestrutura necessária o crescimento industrial no estado, além da oferta de financiamento direto a novos empreendimentos, os quais se canalizavam às pequenas e médias empresas.

O BADEP substituiu a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, criada em 1962, instituição criada pelo governo estadual para promover e coordenar a industrialização do estado do Paraná. Estabelecida também para gerir o Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE, a CODEPAR determinou que 80% dos recursos arrecadados deveriam ser empregados em obras públicas, bem como o restante, 20% no financiamento de investimentos privados (CODEPAR, 1964). Os recursos do FDE, geridos pela Codepar, eram obtidos por meio do IVC – Imposto sobre Vendas e Consignações, no qual o café era um produto de destaque na sua arrecadação (AUGUSTO,

<sup>19</sup> Embora a visão do capitalismo sanguessuga desenvolvido por São Paulo esteja superada, é importante ver a análise de Padis (1981), bem como IPARDES (1981) e LEAO (1989).

1978). Assim, estabelecida a fonte dos recursos, se tornou possível a realização de obras de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento do Estado, tais como a Rodovia do Café, bem como o plano de eletrificação do Estado e obras de saneamento.

Segundo a Codepar, com a existência de recursos para implantação de infraestrutura foi possível dar início a um plano de industrialização estadual que permitiu a expansão concomitante do setor primário, por meio da elaboração regional das matérias primas e a substituição gradativa da simples exportação de produtos brutos ou semimanufaturados, além da ampliação da oferta de novos empregos (CODEPAR, 1964). Na década de 1960, as indústrias de transformação englobavam 70% do valor da produção paranaense e localizavam-se, principalmente, na região de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas e Maringá.

A indústria madeireira tinha como localização, áreas próximas à Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Maringá. As ligadas à exploração mineral, principalmente, cimento, em Rio Branco do Sul, as de cerâmica em Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. Destaca-se também a indústria química, farmacêutica e de papel e papelão, respectivamente nas regiões de Curitiba, Irati e Telêmaco Borba. (IZEPÃO, 2004). Em Londrina, Ibiporã e adjacências, também se destacavam algumas cervejarias, moinhos de trigo, fábricas de óleo de amendoim e algodão. Ressaltam-se, ainda, a presença de usinas de açúcar em Porecatu e Bandeirantes, além de algumas indústrias diversas, de menor porte. Afirma-se ainda, que a implantação da fábrica de café solúvel, em fins da década de 1950, foi resultado de um exaustivo esforço. (POZZOBON, 2004). O Quadro 04 mostra os financiamentos industriais realizados pela Codepar, por agrupamento setorial, de 1962 a 1965.

**Quadro 04 - Agrupamento Setorial dos Financiamentos**

Agrupamento Setorial dos Financiamentos (%)					
Setor/ano	1962	1963	1964	1965	TOTAL
Extração e Beneficiamento	10,2	4,4	2,8	2,2	2,8
Ind. Metal Mecânica, Elétrica e Congêneres	14,3	23,1	26,9	12,6	17,4
Extração e Elab. de Produtos de Origem Florestal	17,8	35,8	13,5	22,4	21,8
Ind. Benef. e Transformação de Produtos da Lavoura	11,2	18,3	30,3	29,9	28,1
Ind. De Produtos de Origem Animal	44,5	16,8	10,2	16,3	15,7
Ind. Química em Geral e Manuf. Diversas	-	-	15,7	16,1	13,7
Sem Enquadramento	0,2	1,6	0,6	0,5	0,5
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: adaptação dos autores, com base em CODEPAR (1966)

No que tange a indústria financiada pela CODEPAR, na sua totalidade dentro do Estado, pode-se observar por meio do Quadro 04 a participação relativa de cada uma, considerando os segmentos: extração e beneficiamento, metal-mecânica, elétrica e congêneres, extração e elaboração de produtos de origem florestal, beneficiamento e transformação de produtos da lavoura, produção animal, química geral e manufaturas diversas. Observa-se que no primeiro quadriênio da década de 1960, a principal atividade industrial do Paraná foi a de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura, representando 28,% do total, onde o café representava 15,1%, seguida pela indústria de Extração e Elaboração de Produtos de Origem Florestal e pela indústria Metal Mecânica, Elétrica e Congêneres, participando, respectivamente, com 21,8% e 17,4% do total financiado pela CODEPAR. Ressalta-se durante o período, a redução da atividade industrial de Produtos de Origem Animal, e o significativo crescimento da indústria de Beneficiamento e Transformação de Produtos da Lavoura.

O declínio da produção cafeeira no Paraná se deu, sobretudo, a partir de meados da década de 1960, quando na safra 1966/1967, o Governo Federal estabeleceu a fixação de preços de aquisição de café em níveis reduzidos, em relação à safra anterior, impedindo, assim, a recomposição dos ganhos dos cafeicultores, cujos cafeeiros foram atingidos pela geada de 1965. Isto marcou, definitivamente, o fim da política subsidiária para o café. O Governo do Paraná passou a atuar de forma incisiva, por meio do BADEP,<sup>20</sup> Banco de Desenvolvimento do Paraná, no processo de industrialização paranaense.

O capital oriundo do setor cafeeiro constituiu em importante base para a execução das diretrizes estabelecidas pelo governo paranaense, na estruturação da indústria, com o objetivo de acelerar o processo de acumulação e elevar o nível tecnológico produtivo e organizacional no estado do Paraná. A industrialização, por substituição de importações, a mesma utilizada na década anterior pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE,<sup>21</sup> para direcionar o financiamento industrial brasileiro, foi o modelo seguido, estabelecendo instrumentos financeiros e orientando os fluxos para os setores mestres selecionados (BADEP; IPARDES, 1979).

## 5 O CAPITAL CAFEIEIRO NO FINANCIAMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ

Considerando-se a importância da atividade cafeeira, na formação da renda interna do Paraná, é indissociável a relação do capital oriundo deste setor, com as atividades industriais que passaram a se desenvolver, no âmbito estadual, a partir dos anos 1960. A cafeicultura exercia importante influência nesta indústria, seja por suas atividades correlatas, ou pelo capital gerado. Da mesma forma que o café, o setor industrial constitui uma atividade que também atrai elevado contingente populacional e gera efeito de encadeamento em outros setores da economia, possibilitando o espraiamento de novas ações, representadas por estradas, cidades, casas comerciais, bancos e outros. (IZEPÃO, 2008).

A Tabela 01 mostra a renda interna do Estado do Paraná, assim como os resultados da produção cafeeira para os anos 1961 a 1965, com preços correntes de 1967, e preços constantes de 1953. Observam-se, ainda, as características verificadas no Estado anteriormente ao processo de industrialização, no qual a renda do Estado está fortemente relacionada à produção cafeeira, e, desta forma, sujeita as variações dos preços de mercado do café (CODEPAR, 1967).

**Tabela 01** - Renda Interna Estadual e Produção Cafeeira (em Cr\$ Bi)

Ano	Renda Interna Estadual		Produção Cafeeira	
	Preços Correntes (1967)	Preços Constantes (1953)	Preços Correntes (1967)	Participação Percentual na Renda Interna
1961	177	31,7	47,9	27,1
1962	307,7	36,3	96,7	31,5
1963	460	31,2	76,6	16,7
1964	892,3	31,7	128,6	14,4
1965	1663,4	37,7	353,6	21,3

Fonte: adaptação dos autores, com base em CODEPAR (1967).

Constata-se, por meio da Tabela 01 que, em 1962, ocorreu o maior percentual de participação da cafeicultura na renda interna do Estado, representando 31,5% do total. A menor participação aconteceu em 1964, onde o café

<sup>20</sup> O Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP foi criado em 1968, em substituição à CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná, criada em 1962. A nomenclatura BADEP, se deu por deliberação do CMN - Conselho Monetário Nacional, passando assim à instituição financeira pública (BADEP, 2012).

<sup>21</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atualmente BNDES, foi criado em 1952 por recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU, que estabeleceu projetos econômicos setoriais específicos (GIAMBIAGI; VILLELA, 2005).

representou 14,4% do total da renda estadual. Em relação à renda interna, observa-se que a preços constantes, o maior resultado ocorreu em 1965, onde a renda atingiu a cifra de Cr\$ 37,7 bilhões. É possível observar também, a significativa variação da participação do café entre os anos apresentados, o que se deve à elevada instabilidade do preço do bem no mercado internacional, assim como as sucessivas geadas que reduziram as safras durante a década de 1960.

Apesar do significativo esforço realizado na década de 1960, tanto em esfera federal, por meio do GERCA, como em esfera estadual, por meio da CODEPAR e, posteriormente, do BADEP, no sentido de diversificar as atividades primárias em benefício do setor industrial, a principal fonte geradora de renda interna do Estado, permaneceu a cafeicultura. De modo que o capital que permitiu a expansão das atividades cafeeiras, seja por via direta, por meio de financiamentos diretos às empresas, seja criando bases de infraestrutura para que a industrialização pudesse ocorrer, estava alicerçado na cafeicultura (CODEPAR, 1967).

Em de janeiro de 1962, com a criação da CODEPAR, instituiu-se o FDE.<sup>22</sup> O FDE era composto de recursos oriundos de tributação estadual, do Imposto de Vendas e Consignações – IVC, conforme já mencionado,<sup>23</sup> instituído pelas leis nº 4.529/1962 e 4.826/1964 da Legislação Estadual do Paraná (CASA CIVIL, 2012). Portanto, a arrecadação do FDE se dava por meio da tributação de produtos com alíquota determinada de 4,5% do total do IVC, assim como de produtos cuja tributação era determinada por incidência única, na proporção de 20% do total do IVC arrecadado. Para se ter uma ideia da magnitude dos recursos arrecadados, registra-se que no ano de 1965 a arrecadação total do café foi de Cr\$ 35 bilhões, dos quais compuseram o FDE Cr\$ 7 bilhões (CODEPAR, 1964).

Para o ano de 1965 é possível observar, por meio do Quadro 05 a participação dos recursos provenientes do café de forma mensal:

**Quadro 05 - Arrecadação Mensal do IVC (em Cr\$ Mi.)**

Arrecadação Mensal do IVC (em Cr\$ Mi) (1965)			
Mês	Total	Café	Participação percentual do Café no Total do IVC
janeiro	6.317	1.446	22,8
fevereiro	8.956	3.949	44
março	7.945	1.196	15,05
abril	8.625	1.046	12,12
maio	7.818	1.100	14,07
junho	7.594	1.224	16,11
julho	7.628	1.304	17,09
agosto	9.116	2.476	27,38
setembro	12.937	6.119	47,29
outubro	14.031	7.354	52,41
novembro	18.435	10.854	58,87
dezembro +	21.173	11.000	51,95
<b>TOTAL</b>	<b>130.577</b>	<b>49.068</b>	<b>37,57</b>
+ estimativa			

Fonte: adaptação dos autores, com base em CODEPAR (1965).

<sup>22</sup> Ambos foram consequência de estudos promovidos pelo Governo do Estado, que apontaram a necessidade de recursos adicionais aos do tesouro, assim como de um organismo próprio para aplicá-los com o objetivo de capacitar o Paraná de condições de promover a industrialização

<sup>23</sup> O Imposto de Vendas e Consignações foi instituído por meio da Legislação de 1934, possuindo natureza mercantil cuja incidência se aplicava em “cascata”. Desta forma, incidia sobre o preço integral em cada fase de circulação do bem, seja da produção até o consumidor final (REZENDE, 2009).

Observa-se, por meio do Quadro 05, que a participação dos recursos da cafeicultura nos meses do ano de 1965 representaram uma elevada participação relativa no montante arrecadado do IVC, chegando ao mês de maior participação a 58,87%, e representando para o ano de 1965, como um todo, o total de 37,57% do total do IVC arrecadado. Os dados apresentados demonstram a importância, significativa, da cafeicultura na receita arrecadada no Estado, assim como na alíquota destinada à composição do FDE, com o objetivo de promover a industrialização do Estado. Desta forma, a Codepar, em 1967, já destacava a urgência em se encontrar fontes alternativas de renda para o Estado, capazes de reduzir a participação do café, uma vez que a elevada volatilidade à qual estavam sujeitos os seus preços no mercado, assim como as variações climáticas constituíam elevado risco à economia paranaense (CODEPAR, 1967).

No final da década de 1960, este quadro se acentuou, por meio da aplicação das medidas do plano de erradicação de cafezais, gerando assim efeitos sociais e econômicos que impuseram a necessidade de medidas complementares direcionadas, sobretudo, à implantação de indústrias e infraestrutura necessária a manutenção dos níveis de atividade econômica nas zonas cafeeiras. Assim, a CODEPAR, direcionou principalmente ao norte do Estado ações em benefício da industrialização, uma vez que esta constituía a região cafeeira, bem como, a região menos integrada ao Estado do Paraná (CODEPAR, 1967).

De acordo com a Codepar, a região de Londrina apresentou a concentração de projetos de maiores dimensões, sendo nesta tendência, acompanhados por Ponta Grossa e Curitiba. Para se ter uma ideia das diferenças dimensionais dos projetos, destaca-se que os projetos da região de Londrina tinham tamanho médio, considerando o investimento fixo por número de planta, de Cr\$ 354 mi, seguidos por Ponta Grossa com Cr\$ 174 mi e Curitiba com Cr\$ 99 mi. Assim, os valores correntes de 1965 demonstram a distinção do tipo de indústria que se instalava, caracterizando a região de Curitiba por pequenas e médias empresas (CODEPAR, 1965).

Com o objetivo de demonstrar a importância das ações da CODEPAR, por meio de financiamentos que se utilizavam do FDE, observam-se que, além das ações voltadas a promoção da infraestrutura destinada à industrialização, foram financiadas entre 1962 e 1966 510 empresas, havendo tendência à concentração na região de Londrina. Em 1965 foram financiadas 139 empresas, em mesma tendência, concentrando-se os empreendimentos na região norte do Estado, sobretudo a região Londrina (CODEPAR, 1965). O Quadro 06 mostra alguns exemplos de empresas que nasceram a partir do financiamento proporcionado pela Codepar, cuja maior parte do capital era oriunda do café e atividades correlatas.

**Quadro 06 - Exemplos de empresas financiadas pela Codepar, com recursos oriundos da capital cafeeiro.**

<b>Empresas Financiadas pela Codepar</b>				
1963	1964	1965	1966	1967
Refrigeração Paraná S.A.	Metalúrgica Schiffer S.A.	Companhia Cacique de Café Solúvel	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Moinho Corbélia Ltda.
Titan S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	Frangolândia Ltda.	Metalurgia Santa Cecília Ltda.	Pinho Past. Ltda.
Indústria de Óleos Andirá S.A.	Sociedade Industrial de Madeiras S.A. - Indupinho	Impressora Grafo Ltda.	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.	Shwarz & Cia.
Artefatos de Papel Pasi Ltda.	Frigorífico Clevelandense S.A.	Weber Indústria e Comércio Ltda.	Fecularia Atlântica Ltda.	Eletro Mecânica Brasa Ltda.
Frigorífico Clevelandense S.A.	Frigorífico Argus Ltda.	Indústria e Comércio Camargo Roseira Ltda.	Indústria de Transformadores Carvalho S.A.	Kingraf Ltda.
Industrial Buriti Ltda.	Frigorífico Medianeira S.A.	Indústria de Laticínios Ltda.	Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	Auto Elétrica de Pauli Ltda.
Porcelana e Steatita S.A	Mueller Irmãos Ltda.	Mirtillo Trombini S.A.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.	Gervásio, Gervásio & Cia.
S.A. Curtume Curitiba	Metalúrgica Santa Cecília S.A.	Esquadrias de Ferro Arte Tarumã Ltda.	Artefatos de Borracha Record Ltda.	Laminação Eletrolítica de Cobre Ltda.
Indústria de Pasta e Papelão Jorge Chami Ltda.	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.	Nicola Pelanda	PASA - Papelão Apucarantina S.A.	Gávea Indústria e Comércio S.A.
Companhia Sudoeste de Frigoríficos S.A. – Fricoste	Indústria de Pianos Schneider S.A.	IMBRA – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.	Indústria de Óleos Andirá S.A.	Produtos Alimentícios Famil Ltda.
Frigorífico Medianeira S.A.	Metalúrgica Eletro-Dínamo S.A.	AR Monteiro & Cia Ltda.	Companhia Norpa Industrial	Centralmix Fornecedora de Concreto Ltda.
Óleos Essenciais do Paraná S.A.	Técnica Nacional Ltda.	Sícua Máquinas Ltda.	Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem	Indústria de Fécula Cia. Lorenz
Móveis Cimo S.A.	Metalgráfica Merhy S.A.	BG Cerâmica Ltda.	S.A. Indústrias Matarazzo do Paraná	Vulcan Material Plástico S.A.
Nilo Gasparetto & Cia.	Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. – IRPASA (Contr. I)	Pedro Jorge & Cia. Ltda.	Oleolar Ltda.	Indústria de Piano Schneider S.A.
Técnica Nacional Ltda.	Viúva Gavazzoni & Cia Ltda.	C. Zawadzki & Cia. Ltda.	Moinho Globo Ltda.	Derivados de Cimento Pato Branco Ltda.
Celulose e Papel Santo Agostinho S.A.	ICOMASA – Indústria e Comércio de Óleos Maringá S.A.	INDOPASA – Indústria de Óleos Paranaíba S.A.	Usina Santa Terezinha Ltda.	Indústrias Todeschini S.A.

Fonte: adaptação dos autores, com base em CODEPAR, (1963, 1964, 1965, 1966, 1967).

Dentre as empresas privadas beneficiadas pelos financiamentos da Codepar, por orientação da política adotada pelo governo estadual, podem ser destacadas algumas que se tornariam referência, sendo conhecidas em todo o território nacional, como as empresas: Móveis Cimo S.A., Porcelana & Steatita S.A. e a Prosdócimo S.A. Algumas empresas também financiadas, nesta época, permanecem em operação atualmente, tais como: Metalúrgica Schiffer S.A., Industrias Reunidas Paranaenses – IRPASA, Siderúrgica Guáira – SIGAL, Pianos Schneider S.A., Companhia Cacicque de Café Solúvel S.A., Usina Santa Terezinha Ltda., Moinho Globo, S.A., CURIPEL S.A. Embalagens e Indústrias Todeschini S.A.

## 6 CONCLUSÃO

Conclui-se neste artigo que a dinâmica do desenvolvimento econômico do território que, atualmente, constitui o Estado Paraná, durante os períodos colonial, imperial e na primeira fase republicana, se deu em decorrência das atividades em curso no Brasil, motivadas primeiramente pela busca do ouro e, posteriormente, num cenário diverso, pelo mate e a madeira, dada à ocorrência natural destes produtos na região. As primeiras tentativas mais organizadas da produção só passaram a ocorrer a partir da década de 1930, com a introdução da cafeicultura no Paraná. O cultivo do café conseguiu gerar recursos ao Estado, por meio da sua produção, comercialização e das atividades correlatas, permitindo, assim, crescimento populacional, da renda interna estadual e das cidades, gerando suporte financeiro para o desenvolvimento da indústria, que passou a ser desenvolvida no âmbito estadual a partir dos anos 1960.

A cafeicultura no Estado do Paraná prosperou até os anos 1960, entre outros fatores, pela fertilidade do solo, a qualidade do clima, e, também, pela estrutura fundiária implantada que permitiu ao Paraná tornar-se o maior produtor do Brasil, num cenário de crise no preço internacional do produto. As peculiaridades da cafeicultura paranaense como pequena propriedade, trabalho familiar, financiamento dos lotes, e possibilidade de terceirização do beneficiamento, permitiu uma lucratividade viável aos produtores, diferentemente do que já acontecia à cafeicultura tradicional paulista e mineira.

O estudo mostrou ainda, que aliado ao capital cafeeiro acumulado no Estado do Paraná, os esforços governamentais envidados por meio da CODEPAR e do FDE, também foram fundamentais na promoção da industrialização paranaense, tanto no seu financiamento, quanto no fornecimento de infra-estrutura.

**ABSTRACT:** The coffee activity has big meaning in brazilian economic development and his capital had contributed to country's industrialization. In case of Paraná in the beginning of the 40's, that product has become the main generator of internal income on the state. In this article is made an analysis in the coffee activity developed on Paraná's State and the changes on economic and demographic structures of the state, as much in his upward phase, 1940 to 1950, as in his downward phase, 1960 to 1970, with the objective to check the relationship between this culture with the formation of Parana's industrial capital. The article was structured in three sections, besides de introduction and the conclusion. In the first introductory to the theme, shows the origins of Paraná's economic formation, highlighting the activities related to mining, tropeirismo, mate and wood. In second, analyzes the expansion of coffee's culture in Paraná, highlighting the characteristics and peculiarities of this activity regarding the generation of changes in the economic structure and in the demographic dynamic in State. In the third, shows the formation of industrial state, highlighting the Coffee's capital as one of the financing fountain of Paraná's incipient industries, in the 60's. Considering the lack of data that allow a more deep analysis about the correlation between the coffee's capital and the formation of Paraná's industries, was chosen, methodologically, to to make a descriptive exploratory, using bibliographic and documental fonts. Understands that the present study, in reason already mentioned the lack of fonts, is too much unassuming, if compared to the theme relevance, but, expect that can contribute to the extension of the coffee's economic activity and his meaning in terms of contribution to the advance of industrialization and development of Paraná

**REFERÊNCIAS**

- ABREU, M. P. *A Economia Brasileira: 1930-1964*. Rio de Janeiro: PUC, 2010. Disponível em: <[www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf](http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. *A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- BADEP. Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. Disponível em: <[www.badep.pr.gov.br](http://www.badep.pr.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- BADEP/IPARDES. *A contribuição da CODEPAR e do BADEP para o financiamento do processo de desenvolvimento na economia paranaense*. Curitiba: IPARDES, 1979. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- CANCIAN, N. *Cafeicultura Paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CODEPAR. Relatórios de gestão FDE e CODEPAR. Curitiba: CODEPAR. Anos: 1962 a 1967.
- \_\_\_\_\_. Relatórios de gestão da CODEPAR. Curitiba: CODEPAR, 1974.
- CROCETTI, Z. S. *Evolução Sócio-Espacial do Paraná*. Dissertação (Mestrado). Desenvolvimento Regional e Urbano. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, 2007.
- ESTADÃO. Reclames do Estadão. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/recla-mes-do-estado/>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A (Orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. 10 ed. São Paulo: Campus, 2005.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Setor Externo*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- IZEPÃO, R. L. *Planejamento, Política e Economia: uma análise da prática governamental paranaense*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2008.
- LICCARDO, A. et al. O Paraná na História da Mineração no Brasil do Século XVII. *Boletim Paranaense de Geociências*, n.54, pp. 41-49, 2004. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geociencias/article/download](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geociencias/article/download)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- MAGALHÃES, F. Evolução Histórica da Economia Paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.87, jan/abr. 1996, pp.1131-148. Curitiba. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/.../297](http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/.../297)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. *Geografia*. Londrina, v.10, n.1, pp. 89-118 jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10658>>. Acesso em: 18 out. 2012.

- OLIVEIRA, N. Breve História do Trabalho Rural no Brasil, 2006. Disponível em: <[http://www.feagri.unicamp.br/unimac/pdfs/Breve\\_Historia\\_do\\_Trabalho\\_Rural\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.feagri.unicamp.br/unimac/pdfs/Breve_Historia_do_Trabalho_Rural_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- OLIVEIRA, W.; MORELLI, A. J. Descrição e Digitalização das Fotografias Aéreas Produzidas pelo IBC/GERCA no Estado do Paraná no Ano de 1970. *Congresso Internacional de História*, 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/277.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- ORENSTEIN L.; SOCHACZEWSKI, A. C. Democracia com Desenvolvimento: 1956 – 1961 In. *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- PADIS, P. C. *Formação de Uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006.
- PARANÁBRASIL. 2009. Disponível em <http://paranabrasil.blogspot.com>. Acesso em 5 maio 2011.
- PARANÁ, Arquivo Público. Mensagem do governo, 1907. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1908\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1908_p.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. Mensagem do governo, 1914. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1914\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1914_p.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. Casa Civil. Disponível em: <[www.casacivil.pr.gov.br](http://www.casacivil.pr.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- POZZOBON, I. *A Epopéia do Café no Paraná*. Londrina: Grafmark, 2006.
- REZENDE, F. ICMS: Como era, o que mudou ao longo do tempo, perspectivas e novas mudanças. *Caderno Fórum Fiscal* nº 10. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos\\_presenciais/Forum\\_Estados/FFEB\\_Caderno\\_n\\_10.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Estados/FFEB_Caderno_n_10.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- SERRA, E. Reflexões Sobre a Origem da Crise Agrária no Norte do Paraná. *Boletim de Geografia* nº 19, 2001. Pp. 45-58. Disponível em: <[www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12861](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12861)>. Acesso em: 18 out. 2012.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- TRINTIN, J. G. *A Nova Economia Paranaense: 1970 – 2000*. Maringá: EDUEM, 2006.
- WACHOWICZS, R. *Historia do Paraná*. 3ª ed. Curitiba: Vicentina, 1972.
- WESTPHALEN, C. M. et. al. *Nota Prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba, Boletim da UFPR, 1968.